

O assassinato da história

Quando governos propõem reformular o ensino de história, abre-se uma brecha para questionar didáticas e conteúdos tradicionais e sugerir mudanças. Pode ser uma oportunidade ou um desastre. Desde o ano passado, o MEC está elaborando um novo currículo de história. As reações têm sido duras, a começar pelo próprio ministro à época da divulgação da primeira proposta.

Demitido do MEC, Renato Janine Ribeiro explicitou suas críticas: falhas de conteúdo; exclusão de horizontes essenciais da trajetória humana; ênfase exagerada em uma perspectiva endógena de história do Brasil, preocupada, sobretudo com a atualidade; abandono da cronologia, comprometendo o entendimento temporal dos processos sociais.

O que está em jogo é crucial: o que ensinar sobre o passado e como fazê-lo. O conhecimento histórico, sabemos, tem impacto decisivo nas concepções de mundo de grupos e sociedades, na formação de seus interesses morais e materiais e na fabricação de seus projetos de futuro.

A proposta original da comissão sepultou quase tudo o que concebíamos como história, rejeitando o que julgava demasiado eurocêntrico. A Antiguidade e a Idade Média praticamente desapareceram.

Os processos centrais da Modernidade e da Época Contemporânea (como a colonização, o desenvolvimento do capitalismo ou o imperialismo) foram reenquadrados a serviço do novo foco: uma história do Brasil vista como desdobramento da história africana e indígena.

Essa visão germinou por décadas nas faculdades de pedagogia e de humanidades. Propõe reler a história pelo viés dos dominados e busca versão historiográfica da pedagogia do oprimido de Paulo Freire.

Com uma atualização: à cartilha tradicional da esquerda (na qual o oprimido era, por excelência, a classe trabalhadora) juntou-se a leitura multiculturalista e pós-moderna, que valoriza opressões a grupos específicos (negros, indígenas, mulheres). Em tempos de petismo, tornou-se projeto de reforma do ensino.

Há muito, historiadores e professores afirmam ser inadmissível a marginalização ou ausência das histórias africana e indígena nos currículos. É uma lacuna grave, que deve ser corrigida. Entretanto, a maior vítima da proposta atual é a própria história.

Vítima como realidade, pois o projeto desconsidera a matriz ocidental, europeia, capitalista e judaico-cristã da formação histórica brasileira. Parece temer que isso soasse como compactuar com os horrores do processo: do genocídio indígena à inquisição católica, da escravidão africana ao espólio da natureza. Nada mais enganoso, já que apenas o mapeamento objetivo dessas realidades infames permitiria ao aluno a sua devida crítica.

Vítima como conhecimento, pois, sob argumento de valorizar histórias africana e indígena, propõe-se substituir conhecimento rotulado de conservador pelo admirável mundo novo dos saberes identitários.

Reconhecer-se no passado seria mais importante do que conhecê-lo. É outra falácia, pois os múltiplos saberes – que existem e são legítimos – só podem ser analisados historicamente no bojo de um sistema de pensamento de linhagem europeia. Chama-se isso de historiografia. Ela deve ser criticada e incessantemente reformulada, mas é o melhor instrumental que temos para produzir conhecimento histórico.

Ninguém pensaria em substituir biologia ou física porque são eurocêntricas. As ciências humanas, porém, tornaram-se laboratório das experiências temerosas dos que pregam a reengenharia social. Se quisermos continuar a ensinar história nas escolas, o MEC precisa refazer a lição de casa.

MARCELO REDE, 50, doutor em história pela Universidade de Paris 1 (Panthéon-Sorbonne), é professor de história antiga da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP